der-se o contacto com a terra, mas a extraordinária multiplicidade das influências humanas no correr dos tempos torna delicada a análise e quasi impossível a síntese.

Na realidade, é sempre a meada do passado que se recusa a deixar-se de-sembaraçar. Nós temos o hábito de agrupar uma porção de atos diversos sob a rubrica "influências históricas", mas é uma etiqueta tão ilusória quanto cômoda. Seria necessário, antes de tudo, um conhecimento do passado que é inútil esperar ser suficiente na maioria dos casos. Um "hábito coletivo" não terá bem estabelecido seu balanço científico, sua ficha, se assim quiserem chamar, sinão quando, depois de o ter localizado na cena atual, puder-se ascender à sua origem no tempo e no espaço, seguir suas transformações, suas alterações, suas bifurcações. Não há dúvida que existem aí empolgantes assuntos de estudos, a serem seguidos por "équipes" de pesquisadores pertencentes a disciplinas diversas. A Geografia, obra de síntese, mais do que qualquer outra, só terá a ganhar com isso, pois fica entendido que geografia física, geografia biológica, geografia humana com a geografia psicológica como coroamento, não são afinal de contas sinão os elementos solidários da única verdadeira geografia, a Geografia simplesmente falando, cuja unidade seria perigoso comprometer.

Será por ventura necessário acrescentar aquí que o Brasil, pela diversidade de seus tipos étnicos e sociais, pela possibilidade que oferece de seguir, com uma suficiente precisão, a fixação, a adaptação e as transformações de populações diferentes, em épocas que se conservam acessíveis à nossa observação, constitue um dos campos mais indicados para trabalhos fecundos do tipo daqueles que G. Hardy sugere?

André Gibert.

A PROPÓSITO DOS TOPÔNIMOS INDÍGENAS

O problema toponímico do Brasil, parte integrante da sua questão geográfica, é uma das cousas nacionais menos resolvidas do país, já por não fazer parte, talvez, do programa de geografia dos vários Departamentos de Ensino, já por não estar na conciência da nossa mocidade.

Devido a êsse alheiamento global do nosso povo aos primitivos senhores da terra e a tudo que lhe dissesse respeito, estiveram sempre os nossos índios à mercê de detratores vulgares, como esteve o seu idioma, chamados os primeiros, de broncos, bárbaros, infantis, egocêntricos, e o segundo, de pobre, sem verbos auxiliares, sem voz passiva, sem flexões, sem adjetivos, sem sonoridade, sem dignidade enfim, o que nos levaria fatalmente à vergonha de uma tal descendência e ao repúdio de um tal idioma com pretensões a nacional. E pode-se afirmar, que a detração venceu em grande parte, mal grado o esfôrço de homens de vários séculos, como Ivo D'Evreux, Luiz Figueira, Montoya, Martius, Vegas, Spix, Padre Seixas, Gonçalves Dias, Tastevin, Batista Caetano, Barbosa Rodrigues, Sympson, Lacerda, Couto de Magalhães, Mendes de Almeida, Teodoro Sampaio e finalmente Plínio Airosa, procurando com maior ou menor eficiência demonstrar o êrro de tais apreciações.

Desprezada a lingua, não era possível, porém, que continuasse desprezada a toponímia brasileira, a linguagem geográfica do país, "onde poderia ser reconhecido o finíssimo engenho dos sábios da raça" como diria o venerando

Mendes de Almeida; onde a precisão denominatória, a engenharia gramatical, o poder de observação, e a preponderância do rigor científico, bastariam para enaltecer a inteligência daqueles, que chamados "bárbaros", não tinham encontrado, como não encontraram até hoje, competidores no mesmo terreno, entre os civilizados de tôdas as latitudes, como para rehabilitar a sua língua.

Isso é que nos tem levado a defender a necessidade do estudo da toponímia brasileira, fazendo-a incluir no programa nacional de geografia, mas com sua feição verdadeira e não envolta, na fantasia da tradução fácil e sem base, que só a desmerece e mareja. Esse é o intuito principal dêste trabalho, e, bem pagos estaríamos, se um dia êsse nosso ideal se concretizasse em realidade.

Mas, uma vez que levamos o caso para tal terreno, devemos confessar, que a toponímia indígena, por fôrça de incompreensões por sua vez incompreensíveis e das fantasias a que aludimos, continua como uma nebulosa, apesar dos esforços daqueles que a teem tratado, e, se assim permanece, deve-se isso apenas ao fato de não terem encaminhado o seu estudo para o terreno da prova material, da experimentação geográfica, do reconhecimento topográfico, do confronto local e da investigação histórica, como complemento identificatório do pronunciamento filológico.

A questão toponímica, limitou-se quasi sempre, e não queremos individualizar, à investigação de gabinete dos americanistas, à pesquisa lexicográfica dos etimologistas tupís, aos filólogos enfim, sem o complemento preconizado. Daí as falhas, as lacunas verificadas, e a não resolução do problema. Se houve exceções, e felizmente elas existiram em bom número, certamente desapareceram no lagamar das traduções livres, de gabinete, assimiladas na desorientação do espírito público, atordoado entre tantas versões, cada qual arrastando um nome mais ilustre em sua responsabilidade.

Limitada a questão à simples indagação filológica, o ponto de partida para a elucidação do quadro extensíssimo das denominações brasileiras, logicamente, foi sempre saber-se o valor de cada som bárbaro representado pelos valores isolados de nosso abecedário ou pelos nossos grupos consonantes, com a decomposição parcial ou total dos vocábulos estudados, com a desaglutinação dos elementos gramaticais indígenas, e por fim, pela reaglutinação de todos os elementos já deturpados ou elididos, produzindo as corruptelas em uso.

Como ponto de partida, tal operação estaria certíssima, porém, como ponto de partida e de chegada, como solução final, como fizeram e ficou sendo, tornava-se muito errada, salvo nos casos flagrantes, porque, ficava-lhe faltando o elemento subsidiário, complementar, acima prescrito, que seria, por assim dizer, o remate, a prova dos nove, a identificação definitiva do produto obtido anteriormente, para que, em caso negativo, fôsse feita nova pesquisa filológica, até poder-se dar à tradução etimológica um valor topográfico correspondente.

Ivo D'Evreux deixou aos brasileiros um depoimento importantíssimo. Disse èle, em sua "Viagem ao norte do Brasil nos anos de 1613 a 1614", firmado na autoridade de quem esteve entre os aborígenes brasileiros naquela época remota, que êles "eram muito sábios na formação dos nomes locais, que deviam designar os característicos físicos da cousa nomeada, reunindo-se para isso em assembléias noturnas, de que participavam os maiorais da tribu, e que, tais nomes só eram aceitos após demorada deliberação". Disse mais o famoso padre, que "resultavam muitas vêzes de tais assembléias, nomes idênticos ou quasi idênticos, na forma e no som, para lugares vários, significando porém diferentemente". Isto é muito importante, e não foi tomado jamais em conta, pelos responsáveis pela interpretação toponímica brasileira. Tenha-se em vista, por exemplo, a repetição notada do Paquetá de Santos com o Paquetá do Rio de Ja-

neiro, ambos de significação diversa; do Caniú de Santos com o Caniú de Pernambuco, significando diversamente, e outros mais.

Ora, sabendo-se a importância que os indígenas brasileiros davam ao problema da denominação da terra, denominação que seria o seu roteiro natural, o seu guia geográfico, uma vez que não conheciam astronomia e não usavam estradas, temos nós, preliminarmente, a obrigação restrita, de procurar êsse sentido geográfico de quasi todos os vocábulos deixados.

Dizemos "de quasi todos", porque, muitos deles tiveram uma característica transitória, que o tempo portanto fez desaparecer ou pelo menos enfraquecer diante dos nossos olhos, exigindo mais estudo e sobretudo atenção. Referimo-nos aos topônimos fundados na tradição ou na lenda ou ainda na característica vegetal ou animal por falta de melhor relêvo topográfico do lugar denominado. Assim, fundados na lenda, são os que tiveram por base os duendes ou espíritos da raca, como Curupira, Caapóra, Anhanga, Boitatá, Saci, Jurupari, Uiára, etc., a exemplo do morro do Curupira no município de S. Vicente e do Anhangabaú em S. Paulo além de outros. Fundados na tradição, são os que se basearam nas virtudes e peculiaridades ou fatos do lugar, e os mais importantes que conhecemos são: "Embaré", que se refere às altas virtudes curativas da práia assim denominada, virtudes que ainda hoje se revelam, diariamente, perante a medicina contemporânea; Piassaguera, que significando: "passagem do caminho antigo" se refere à mudança oficial feita em 1553, pelos civilizados, do primitivo caminho de Piratininga, que por alí passava, para o segundo e novo caminho, chamado "do Padre José", com a extinção do outro; Boracea, nome da quinta praia a contar da Bertioga para S. Sebastião, cujo nome alude ao fato de se realizar alí, no primeiro século brasileiro, a dansa da guerra dos Tamoios, em sua descida de Ubatuba contra a Bartioga, Santos e S. Vicente. Como tal praia, era a última etapa da grande excursão que representavam aquelas trinta léguas de canoa, a bom remar, para o exercício da vindita contra os brancos, nela realizavam os Tamoios, a famosa Poracé ou Poracéa, e assim, seu nome, significa pura e simplesmente: "a praia da Poracé ou da dansa da guerra".

Bem se vê por aí, que, quem desconhecer tais detalhes históricos e científicos, não poderá jamais realizar uma tradução plausível dêsses topônimos, que servem apenas de exemplos para os demais da mesma natureza. Essa é a identificação que preconisamos, e sem a qual não se poderá, de modo algum, conhecer a toponímia brasileira, bela, rica e interessante, como se verifica.

Muitos topônimos do gênero poderíamos citar, como *Goaió* e *Guaibe*, que, em sua pureza só puderam ser encontrados nos velhos documentos da primeira colonização e em mapas velhíssimos, sendo o primeiro desconhecido da maioria dos americanistas e o segundo, deturpado por quasi todos para *Guaimbê*, para que pudesse ser ligado a idéia inferior, superficial e falsa do cipó corriqueiro dêsse nome.

Estes dois topônimos tiveram sua origem na tradição conservada pelas tribus, segundo a qual, um fenômeno císmico, ocorrido no mais perdido dos séculos, separara violentamente as ilhas de São Vicente e Santo Amaro da terra firme, que é o que significam os seus nomes, autorizados pela realidade topográfica local, permitindo o pronunciamento geonômico da etimologia apurada, quer pelos sintomas geológicos evidentes, quer pela analogia científica, quer pela indução dos aspectos superficiais potamográficos da região interessada.

Como pois, poderiam ser bem traduzidos êsses topônimos, sem o conhecimento pleno, minucioso, dos lugares denominados? E neste mesmo passo segue a questão.

A denominação dos lugares pela característica vegetal ou animal, francamente transitória, é mais frequente do que as anteriores, mas também só a empregavam os nossos indígenas, quando falhavam completamente outros detalhes geográficos mais fortes. Os topônimos incluídos neste caso, são sempre muito fáceis de identificar, mas é sempre necessária também a sua identificação "in loco" para que se não produzam as confusões do gênero de Guaimbê. Os exemplos são muitos, mas citaremos os mais eloquentes da nossa vizinhança: Urubuquiçaba, a ilhota que fica na baía de Santos, junto à praia, significando: "cama, pouso, ou paradeiro de urubús", e que, realmente, sempre foi pouso noturno e diurno de centenas e até milhares dessas aves, até bem pouco tempo atrás, como testemunham os velhos moradores do lugar; Caraguatatuba, com o significado de "abundância de caraguatás" onde a vegetação principal, característica, predominante sempre foi realmente o caraguatá de tôdas as espécies: Boituva, cidadezinha de S. Paulo, com o significado de "abundância de cobras", onde certamente elas existiam em grande quantidade; Buriquioca, nome do morro único de Bertioga, o arrabalde histórico de Santos, com a significação de "pouso, morada ou paradeiro dos macacos", e que, realmente, por ser a única elevação florestal numa extensão de mais de dez quilômetros de varjão virgem, com alguns quatro ou cinco de largura, isolado das serras por dois rios largos, devia ter sido ao tempo, enormemente frequentado pelos símios de tôdas as espécies que viviam nas florestas locais. E como estes, outros muitos topônimos, mas todos com uma justificativa visível, verificável ou lógica, e jamais invisível, improvável ou ilógica.

F. Martins dos Santos

A EXTENSÃO DOS NOSSOS RIOS

A falta de crítica que campeia na nossa corografia tradicional, manifesta-se também nos dados sôbre a extensão dos nossos rios, dos quais relativamente poucos teem sido levantados. De exemplo sirva o *Uruguai*, pertencente a uma região que se supõe das melhores conhecidas do país. Atribuem-lhe os autores geralmente a extensão de 1.400 ou 1.600 km; alguns tiram a média, indicando 1.500 km.

Uma medição sumaríssima, porém, a mais rudimentar deixaria patente que estes dados, de forma alguma, podem corresponder à realidade. Mesmo num mapa de escala mínima, de 1:10.000.000, e tomando em conta apenas a linha pura, portanto sem *nenhum desenvolvimento*, o *Uruguai-Pelotas* fornece uns 1.450-1.500 km; assim, supondo apenas um aumento de 1/3 dêste valor, resultaria um comprimento real de uns bons 2.000 km.

Quer dizer, a extensão verdadeira do *Uruguai* deve de muito ultrapassar os dados geralmente aceitos; pois assim já o demonstra o simples raciocínio. A medição, porém, do rio em mapas de escala maior forneceu o resultado seguinte:

Os dois cursos, por cuja confluência se forma o *Uruguai*, a saber o *Pelotas* e o *Canoas*, medem êste 465-495, e aquele uns 305 km. Da referida confluência até a barra do *Peperi Guassú* vão 516 km (221 km entre esta barra e a do *Passo Fundo*, conforme a medição realizada pela Comissão Mista Argentino-Brasileira). Para o trecho entre o *Peperi Guassú* e o *Quaraí* apuramos 695 km sôbre a "Carta de parte da fronteira entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Argentina". Acrescentando os 530 km, nos quais o *Uruguai* contorna

Em outro artigo talvez tenhamos ensêjo de examinar a questão do verdadeiro curso superior do Uruguai.